

## APRESENTAÇÃO / PRESENTATION

O presente volume contém contribuições originais para a reflexão atual em ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA a partir da recepção e releituras de autores clássicos, modernos e contemporâneos, com especial destaque para os trabalhos seminais em bioética, neurociência, filosofia política, teoria crítica, teoria da história e subjetividade.

Como autor convidado, Vladimir Safatle realiza uma releitura da categoria de trabalho em Marx, contemplando a espoliação psíquica das relações de estranhamento que ocorrem entre sujeito e objeto. Numa segunda etapa, o autor analisa as dinâmicas em movimento do mundo do trabalho, abordando as modalidades do sofrimento psíquico às quais estão associadas. O autor as interpreta desde o impacto social de tal forma de espoliação.

O artigo de Ammon Allred, “On the Lyrical Presentation of History: Hegel and the Modern Poem”, reformula a pré-história da filosofia tal como ela é entendida por G.W.F. Hegel, a fim de examinar o que uma “Apresentação Lírica da História” poderia ter sido. O Autor argumenta que o tratamento da história por Hegel no final de suas palestras sobre estética sofre de uma falta de atenção ao conteúdo filosófico específico da poesia lírica moderna, que pode ser localizada em sua afirmação de que a poesia lírica está principalmente preocupada com o sujeito. Em contraste, o Autor argumenta que o relato de Hegel deveria tê-lo levado a considerar que a poesia lírica está principalmente preocupada com mundos alienados subjetivos, que ele chama de “contramundos”. O ensaio termina com uma breve análise de três poemas de Paul Celan para mostrar como essa mudança no sentido da poesia lírica teria levado Hegel a dar maior peso à poesia lírica em sua teoria da história.

O propósito do artigo seminal de João Carlos Brum Torres é apresentar o conceito de “tópica política” como o recurso teórico necessário para a elucidação das determinações formais que estruturam as relações políticas em seu nível mais geral. A primeira seção do texto evoca os contextos doutrinários em que o conceito de tópica foi introduzido com intenções em alguma medida análogas às que animam o artigo, sendo

brevemente considerados os usos do termo nas obras de Aristóteles, Kant e Freud. A segunda seção examina os conceitos de divisão e unidade, tratando de mostrar que as sociedades humanas são ao mesmo tempo necessariamente divididas e unificadas. Divididas na medida em que, como já mostrara Aristóteles e como o repetirá Tomás de Aquino, sendo a sociedade composta por uma multidão, o estatuto de sua unidade é necessariamente *sui generis*: ela não pode ser absolutamente una, pois, se o fosse, já não poderia ser uma cidade. Unificadas na medida em que as diferenças e distinções sociais adquirem caráter político, sobrevivem sempre dentro de uma sociedade, a unidade desta última tendo estatuto necessariamente reflexivo. A terceira seção introduz o exame dos conceitos de identidade e representação a partir da análise crítica da tese do jovem Marx de acordo com a qual a democracia é a verdade da monarquia mas a monarquia não é verdade da democracia. A seção prossegue com a retomada do exame destas noções a partir das análises de Carl Schmitt. A quarta e última seção do texto trata de explicitar os ganhos críticos, heurísticos e metapolíticos que a introdução do conceito de tópica na teoria política pode proporcionar.

Segundo “The tyranny of the majority: Revisiting the debate”, de autoria de Marta Nunes da Costa, é mister visitar Tocqueville e John Stuart Mill, dois dos grandes mestres da ciência política e da filosofia política. Com efeito, poderíamos dizer que somos todos discípulos destes autores. Por um lado, porque Tocqueville foi o primeiro autor a refletir sobre o paradigma democrático, entendido como constelação política especificamente moderna. Por outro lado, o conceito ou ideal de liberdade desempenha um papel central nos dois autores. Liberdade é um dos pilares fundadores de qualquer projeto democrático e apesar do reconhecimento da importância igualmente vital do conceito de igualdade, que se vem afirmando como condição necessária para o desenvolvimento político na era de Tocqueville e de Mill, a liberdade permanece central nas suas preocupações. O artigo revisita os argumentos avançados pelos autores, argumenta estes que nos alertam para os perigos da democracia, e mais precisamente, a tirania da maioria. A Autora retrata o contexto das obras de *Democracia na América* de Tocqueville e *Sobre a Liberdade* de Mill, para em seguida oferecer uma reflexão sobre as implicações da tirania da maioria hoje. Por fim, propõe um conjunto de medidas que nos poderão ajudar a contrabalançar as tendências antidemocráticas das democracias contemporâneas.

O intuito do artigo de Renato Moscateli, “Quem faz as leis na república rousseauiana?”, é analisar a cidadania proposta por Rousseau à luz de certas delimitações colocadas pelo filósofo ao exercício desse direito, as quais configuram um tipo de participação política que seria apropriado ao

regime descrito no *Contrato Social*. Assim, o Autor procura mostrar que a soberania popular tem, para o pensador genebrino, um papel fundamental na defesa da legislação, cabendo ao Legislador e aos magistrados guiar os cidadãos comuns na aprovação das boas leis necessárias ao Estado. Essa tese é compatível com o republicanismo rousseauiano, na medida em que ela mostra que esses cidadãos, os membros do pacto social, são os responsáveis por proteger e conservar sua própria liberdade ao longo da existência do corpo político.

Em seu artigo seminal, Lauren Nunes e Ricardo Bins di Napoli oferecem razões para a apropriação das emoções e sentimentos na abordagem dos dilemas morais, em três etapas. Primeiramente, eles partem da análise de Williams em seu artigo *Ethical consistency*, onde ele dá um primeiro passo no sentido de defender o papel de emoções como remorso e arrependimento, além da introdução da ideia do “resquício emocional” em dilemas morais, com a finalidade de mostrar a importância deste argumento para a perspectiva adotada. Em um segundo momento, os Autores reconstróem a análise de Statman, pela sistematização do “argumento dos sentimentos” em favor dos dilemas morais. Em um terceiro momento, a análise se concentra no artigo *Sentiment and Value*, de D’Arms e Jacobson, que aborda questões prementes acerca da possibilidade de um sentimentalismo moral de base racional. Por fim, se tais abordagens fazem um apelo aos “fatos morais” e levam a uma possível justificação dos sentimentos de arrependimento, culpa ou remorso experienciados pelo agente em dilemas morais, então conclui-se que estes não devem ser desconsiderados em uma abordagem mais intuitiva e ampla da questão.

No seu artigo “Moralidade Positiva e Moralidade Crítica”, Marcelo Araujo defende a concepção de “moralidade crítica” retomando e interpretando este conceito da filosofia de David Hume. Na primeira parte do seu artigo, o autor explora as crenças e atitudes morais de uma comunidade e como podem variar de uma comunidade para outra, ou até mesmo no seu interior. As crenças e atitudes morais que são dominantes dentro da comunidade numa época determinada constituíram o que Austin chamou de “moralidade positiva”. O autor se questiona sobre a possibilidade de avaliar moralmente a “moralidade positiva” e que esta avaliação deve decorrer dos princípios gerais da “moralidade crítica”. Na segunda parte, o artigo procura mostrar que romances, documentos, filmes e determinadas obras de arte podem participar do processo racional da “moralidade crítica”.

O artigo de Jelson Roberto de Oliveira, “Da Compaixão à Inocência: Nietzsche e Schopenhauer em Torno da Questão do Egoísmo”, procura demonstrar como Nietzsche formula, nos escritos que formam o segundo

período de sua produção filosófica, uma crítica à moral da compaixão proposta por Schopenhauer. Para isso, propõe uma revisão das teses schopenhaurianas segundo as quais o egoísmo é o motivo antimoral por excelência e, contrariamente, o altruísmo é a base legítima da moralidade. O Autor analisa ainda o procedimento usado por Nietzsche para, de um lado, criticar esse ideal e, de outro, chegar à inocência como principal resultado de seu programa filosófico.

Completamos esta edição com dois artigos e uma resenha que, obedecendo às diretrizes editoriais quanto à limitação do número de páginas na edição impressa, são publicados sob a forma de encarte digital (somente versão eletrônica), com a paginação específica, disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/index>>. Nesse encarte constam os trabalhos de Daniel Loewe com seu artigo “¿Cuán liberal es la teoría de las relaciones internacionales de Rawls?”, a extensão realizada por Rawls de sua concepção de justiça doméstica ao contexto das relações internacionais contradiz as premissas básicas de sua própria teoria da justiça. Uma extensão da teoria doméstica consistente com suas próprias premissas deveria levar a considerar uma classe maior de demandas, tais como os direitos humanos, e a aceitar algum princípio de distribuição global.

No artigo intitulado: “Processo de participação coletiva na Internet: Uma ética para o ciberespaço”, Fábio Parode, Maximiliano Zapata e Ione Bentz, por meio de um diálogo entre filosofia, ética e comunicação, propõem uma reflexão das políticas públicas e de inclusão digital adjacentes do Marco civil da Internet. A articulação desta Lei trouxe à sociedade brasileira questionamentos acerca dos limites do virtual e do real e principalmente a abertura do debate que integram questionamentos éticos e do agir humano no ciberespaço. Através do diálogo hermenêutico entre Aristóteles e Hans Jonas, os autores compõem uma terceira margem a qual ajudará na crítica do processo de construção da referida lei, assim como a atuação da sociedade civil na construção da democracia digital.

Adilson Felício Feiler, complementa este encarte digital com a resenha do livro *Destino, providência, predestinação. Do mundo antigo ao Cristianismo*, da autoria de Aldo Magris, professor de Filosofia da universidade de Trieste na Itália, destacado pesquisador da corrente de gnosticismo antigo, que desenvolve a reflexão do tema em aberto: o destino no pensamento grego, intrinsecamente ligado à providência estoica e à predestinação da tradição judaico-cristã.

Trata-se de uma rica coletânea de contribuições inéditas que nos oferecem interpretações originais de grande relevância para o aprofundamento teórico-conceitual da Ética e Filosofia Política em nossos dias.

O Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS publica a Revista *Veritas*, fundada em 1955, com periodicidade quadrimestral, conceito A2 Qualis/CAPES, sendo indexada nos principais sistemas, plataformas e bases de dados nacionais e internacionais. Além da Revista *Veritas*, o PPG tem mantido com regularidade e qualidade a publicação da Revista Eletrônica *Intuitio*, mantida pelos discentes.

Aos nossos leitores, desejamos boa leitura e bom proveito.

**Nythamar de Oliveira**  
**Maximiliano Zapata**

PPG em Filosofia PUCRS